

EMPODERAMENTO FEMININO: UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE AUTO-REGULAÇÃO DAS MULHERES

Erika Bezerra de Lyra Macedo¹

José Dinarte Barbosa de Lima Junior²

Luiza Regina Fernandes dos Santos³

Mariana Cela⁴

RESUMO

O presente artigo é uma revisão bibliográfica referente ao empoderamento feminino, no qual será apresentado um panorama sobre as formas de auto-regulação que a mulher precisou desenvolver para se ajustar dentro de uma sociedade patriarcalista. Por muito tempo a mulher foi vista e mantida em posição de subordinação em relação aos homens. Foram séculos de aprisionamento e ausência de direitos sociais. Nesse percurso histórico, foi preciso um entendimento feminino do seu potencial, fazendo com que as mulheres criassem métodos e formas de ajustamento criativo para dar suporte a sua emancipação, possibilitando o empoderamento feminino. Essa forma de auto-regulação é expressa neste artigo através de uma pesquisa bibliográfica com fontes que apontam um grande progresso que foi realizado no decorrer dos tempos, mas que ainda é necessário romper grandes barreiras, não somente em relação à mulher, mas na luta por equidade dos direitos sociais, minimizando os impactos de racismo, preconceito, machismo entre outros fatores que assolam a sociedade.

Palavras-chave: Empoderamento. Auto-regulação. Emancipação. Feminismo. Ajustamento Criativo. Gestalt-Terapia.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro de Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). Natal-RN. E-mail: erikalyra.el@gmail.com

² Acadêmico do curso de Psicologia do Centro de Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). Natal-RN. E-mail: dinartejunior94@yahoo.com.br

³ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro de Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN). Natal-RN. E-mail: luizareginaf2@hotmail.com

⁴ Professora Mestra. Orientadora curso de Psicologia do Centro de Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. Natal-RN. E-mail: mariana.cella@gmail.com

EMPODERAMENTO FEMININO: UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE AUTO-REGULAÇÃO DAS MULHERES

ABSTRACT

This article is a bibliographical review on female empowerment, which presents a panorama on forms of self-regulation that a women needed to develop to fit within a patriarchal society. For a long time and woman was kept in a position of subordination towards men, through centuries of imprisonment and absence of social rights. Through this historical course, it was necessary a feminine understanding of their potential, allowing women to create methods and forms of adjustment to support their emancipation, enabling feminine empowerment. This research on female self-regulation leaded us through a path of changes, and new developments that significantly improve women social rights, though it is emphatic that society still have much to do in search for equality, minimizing the impacts of racism, prejudice, machismo among other factors that devastate society.

Keywords: Empowerment. Self-regulation. Emancipation. Feminism. Creative Adjustment. Gestalt-Therapy.

1 INTRODUÇÃO

Na trajetória das mulheres pela busca da igualdade de gêneros foi necessário percorrer um caminho de muita luta, coragem e desejo pela equidade de direitos. É necessário entender que tal luta não é um enfrentamento contra os homens, mas a favor de direitos igualitários para todos. Dentro de uma sociedade patriarcalista que enxerga o homem como um ser supremo e digno de todo controle e prestígio, foi preciso uma reinvenção do significado de “ser mulher” (BARRETO, 2004). Foi fundamental que houvesse por parte das mulheres um entendimento de que o modelo social que estava sendo ministrado necessitava de uma nova configuração (MORAES, E., 2012). A partir desse entendimento foi que a mulher começou a criar meios para ajustar criativamente sua realidade e aliada ao o poder de auto-regulação tomar posse dessa emancipação. Não foi um processo de autonomia em relação aos homens, mas um distanciamento dos pensamentos

estereotipados que aprisionavam as mulheres em sentimentos de submissão e dependência masculina (CASTELLS, 1999).

As mulheres durante muito tempo atuaram como apenas meras telespectadoras de sua história, possuíam um papel de submissão diante do homem, tidas como propriedade do pai, marido ou de qualquer figura masculina representada como o chefe da família. A luta do poder feminino pela conquista de seus direitos e a garantia de espaço na sociedade tem sido uma batalha que se perpetua até os dias atuais. Uma forte bandeira levantada pelas mulheres foi o empoderamento feminino, no qual foi possível o desenvolvimento de características como o enaltecimento e a representatividade que ganharam força na conquista por espaço no meio social (CASTELLS, 1999).

Será necessária uma realização da retomada histórica para que se possa explicar o processo gradual de adaptação e modificações que fizeram parte da trajetória feminina até os dias vigentes, no sentido de compreender a realidade e o espaço ocupado pela mulher hodiernamente e quais as formas ela tem utilizado na busca por sua auto-regulação. O tema escolhido reverbera na necessidade cada vez mais urgente de tratar-se o assunto como alvo para busca por uma solução definitiva. Talvez pensar na inexistência de desigualdades de gêneros seja algo utópico, mas o debate lançará luz para atentarmos à carência de termos índices cada vez menores dessas desigualdades, que podem também refletir em menos agressões, discriminação e mais tolerância e respeito.

Com o objetivo de entender como essa mulher, inicialmente submersa nessa falta de autonomia, empoderou-se do seu lugar de direitos, iremos utilizar como base a Gestalt-terapia e seus conceitos fundamentais, auto-regulação e ajustamento criativo, para relacionarmos essa trajetória social vivida pelas mulheres que tem como alvo a equidade de direitos. Com isso buscaremos compreender de que forma aconteceu esse processo ao longo da história, relacionando as dificuldades, vitórias e processos psicossociais que foram vivenciados de acordo com cada período histórico no qual a mulher dia após dia ganhava mais afirmação.

2 METODOLOGIA

Como método, optou-se por utilizar para captação de dados e informações a partir de uma análise bibliográfica, compreendida como um exercício crítico, de

caráter exploratório e descritivo em torno de um objeto ou tema de reflexão que nesse caso é “O empoderamento feminino: Uma análise das formas de auto-regulação das mulheres.” Diante disso, foi realizado um levantamento para a exploração da temática a partir de revisão de literatura documental pesquisados em bases de dados eletrônicos, livros, artigos, teses, monografias, entre outros documentos com a proposta de conexão dos elementos de estudo. O objetivo do tema proposto é ressaltar a trajetória das mulheres em busca dos seus direitos e como se faz o uso da auto-regulação no processo do empoderamento feminino, assim trazendo a compreensão a partir deste segmento. Durante esta pesquisa foram levantados materiais a partir da base da Gestalt-terapia como alicerce para justificar a auto-regulação e o ajustamento criativo da mulher e também apurações que relatem o percurso de conquista e reestruturação da mulher na sociedade, realizando a retomada histórica até os dias atuais. Para efeitos de otimização das informações obtidas o tratamento dos dados será realizado de forma qualitativa, ou seja, os resultados encontrados serão traduzidos em conceitos, ideias e releituras sobre o tema empoderamento feminino. Também serão considerados alguns dados estatísticos que servirão para creditar mais fidedignidade à pesquisa, fazendo dessa forma uma análise também quantitativa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O LUGAR DA MULHER NA TRAJETÓRIA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Ser mulher sempre foi um grande desafio, desde seu nascimento até seus últimos dias de vida, a luta feminina começa na origem das civilizações e se perpetua até os dias hodiernos. Conforme declarado por Pedro e Guedes (2010 p.3-4):

A luta das mulheres, sobretudo por nascer e consubstanciar-se em meio a determinismos econômicos que insistem afirmarem-se como naturais, afirma-se como diária e difícil. Conquistar seu lugar numa sociedade que possui uma forte resistência quanto a novos conceitos de gênero tem sido uma tarefa muito difícil e de garra.

A mulher ocupou no início da civilização um lugar de subordinação e repressão tendo um papel subalterno a seu marido ou seu pai, tinha como papel na

instituição do casamento a missão de gerar filhos e era privada de adquirir educação, direito que era concedido apenas para homens (BICEGLIA, 2002). Dessa forma se entendia que a mulher não possuía autonomia nem sobre si mesma de acordo com Coulanges (2006, p.129), referindo-se a lei de Manu⁵:

A mulher, durante a sua infância depende do pai; durante a juventude, de seu marido; por morte do marido, depende dos filhos; se não tem filhos, depende dos parentes próximos do marido, porque uma mulher jamais se deve governar à sua vontade.

Neste sentido, para que seja possível a compreensão do percurso histórico feminino, é necessário um resgate memorável, destacando a sua evolução na sociedade e evidenciando os movimentos das mulheres no decorrer dos tempos e toda sua luta pela igualdade entre gêneros na sociedade. Percebe-se que alguns períodos marcaram a construção da identidade da mulher. Eventos como a valorização espiritual da idade média, os valores humanos do Renascimento e a atividade intelectual do iluminismo contribuíram para a construção social, cultural e a incorporalidade da mulher (VIEIRA, 2005, p. 210). O mesmo autor ainda afirma que:

As diferentes ordens do discurso, responsáveis pela mudança do sujeito, constituem a identidade feminina, e por estarem submissas a momentos históricos específicos, abrigam experiências particulares, emoções e vivências culturais, que permitem a construção social e a subjetividade da mulher (VIEIRA, 2005, p. 210).

Para melhor compreender a temática, devemos partir de um ponto de extrema importância para toda a trajetória feminina: empoderamento. Adotaremos a compreensão da autora Gohn (2004, p. 23) que conceitua o empoderamento como um movimento que:

Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social).

Dessa forma, compreende-se o conceito acima segundo a mesma autora como referente a ações que promovam a integração aos excluídos da sociedade em

⁵ As Leis de Manu são tidas como a primeira organização geral da sociedade sob a forte motivação religiosa e política. Originado ao Sul do continente asiático o Código é visto como uma compilação das normas e leis das civilizações mais antigas (COSTA, et.al., 2014, p. 89).

prol de equidade de assistência e direitos que são negados ou ignorados a esse público demandatário de bens elementares a sobrevivência.

Sendo assim, partiremos desse pressuposto para compreender a importância e o porquê de utilizar o termo empoderamento enfatizando os fundamentos pelo qual se faz essencial a luta do gênero feminino. Para tal entendimento, abordaremos como esse assunto dialoga com a modernidade, explicando e fazendo um breve percurso histórico para melhor entender o caminho trilhado até chegarmos ao cenário atual tal qual nos encontramos.

Desde a Grécia, no século V a.c. as diferenças entre gênero excluía as mulheres do meio social, desconsiderando-as da posição de cidadãos atenienses, pois na sociedade antiga apenas os pais e filhos homens podiam desfrutar de sua participação na sociedade, conforme é relatado pelo autor Coulanges (2006, p. 128). O autor afirma que nessa ausência de posição, que a mulher se encontrava, ela era privada de votar, do direito a ter sua herança, liberdade, e até mesmo religião, se tornando dependente e subordinada pela figura do homem, dessa forma sendo vista como algo sem valor e importância.

Já na Idade Média de acordo com Heffel (2016), as mulheres começaram a ter um pouco mais de acesso a literatura e as artes, pois essas atividades eram consideradas de pouco interesse aos homens, no entanto, no século XV houve a “caçada as bruxas”, onde a santa inquisição realizou a execução de milhares de mulheres, em especial aquelas que utilizavam de seus conhecimentos em atividades que fossem consideradas pagãs.

Mas as mudanças começaram a ocorrer, embora em pequeno grau, com o surgimento do renascimento, pois o feminino passou a ser visto com outro significado: beleza e sabedoria. E foi nesse tempo que algumas mulheres notáveis começaram a ganhar destaque e visibilidade, elas lutavam contra a exclusão social com o intuito de conquistarem um espaço de inserção na sociedade (HEFFEL, 2016).

Essa época, então, foi o terreno fértil para surgimento de mulheres notáveis, de personalidade forte, que lutavam com as armas que tinham contra a exclusão social das mulheres, e por sua inserção no espaço público. A partir desse contexto, as mulheres foram para as ruas para empreenderem luta por seus direitos (HEFFEL, 2016, p. 4).

Para lançarmos luz e compreendermos tais mudanças faz-se necessário

perceber o contexto histórico de tais lutas, que ainda reverbera até a atualidade. Tal período (início do renascimento) era moldado por uma cultura hegemônica, que é marcada pela supremacia do homem. Esta visão contextualiza toda a história e embasa as manifestações de preconceito e discriminação: o patriarcado. Esse fenômeno social se configura como uma herança de um sistema escravista que deixou como herdeiros não somente os homens, mas toda sociedade da época e também a atual (AGUIAR, 2000). Segundo Barreto (2004, p. 64), a definição de patriarcalismo é:

[...] estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional. Nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência.

Essa forma de organização social e de repressão do sexo feminino é baseada em uma estrutura familiar e reprodução sócio biológica (BARRETO, 2004). Porém, a contestação desse modelo já é muito presente em nossa sociedade através do que Castells (1999) vai afirmar sobre a conscientização da mulher que desestruturou a legitimidade de dominação do homem enquanto provedor da família. Importante ressaltar que embora a forma legal de discriminar tenha diminuído, a violência interpessoal e o abuso psicológico, muitas vezes velado dentro da sociedade, se manifesta assustadoramente provocada pela ira masculina frente à perda do poder. Baseado nos princípios citados acima se entende que foi entre os séculos XIV e XVI que as mulheres começaram a se apropriar e tomar consciência da necessidade da emancipação, iniciando assim a procura por igualdade, espaço/visibilidade social e luta pelos seus direitos com equidade, sendo o princípio não somente de um processo de mudanças dos condicionamentos histórico-culturais que antes eram naturalizados pela sociedade, mas também uma série de movimentos em prol da libertação feminina e igualdade entre os gêneros.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho e os impactos que as mesmas causaram na economia, juntamente com uma conscientização feminina sobre seus potenciais, fizeram que com que houvesse um impulso poderoso na igualdade de gêneros promovido pelas lutas femininas e por um movimento feminista

multifacetado observado a partir do final da década de 1960 (CASTELLS, 1999, p.170).

O movimento feminista contemporâneo de reivindicação pela igualdade de direitos irrompeu primeiramente nos Estados Unidos nos anos 60, logo em seguida, início da década de 1970, passou pela Europa e se propagou por todo o mundo nas décadas de 1980 e 1990 (BARRETO, 2004). Para um melhor esclarecimento desse fenômeno multicultural podemos utilizar as palavras de Castells (1999, p. 211):

[...] o compromisso de pôr fim à dominação masculina, [...] a essência do feminismo é a redefinição de identidade da mulher [...] uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo.

Para Castells (1999, p. 211) de maneira prática e preliminar o feminismo também é “um movimento criado de forma discursiva”, ou seja, a alma do feminismo “é a (re) definição da identidade da mulher”. Essa forma de (re) definição solicita da sociedade, em alguns momentos, uma igualdade entre homens e mulheres, e em outros, afirma a especificidade essencial da mulher ou ainda “a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina.

Entre as mobilizações femininas, adentrando no contexto brasileiro, a revolução feminista na década de 1960 foi um grande marco, pois a condição da mulher se modificou bastante em virtude do movimento e suas reivindicações. Como afirma Moraes, E. (2012), era inadmissível que a mulher tivesse direitos sociais comuns aos homens na época, como votar ou estudar, resultado dessa cultura patriarcal predominante discutida anteriormente. Porém, de acordo com a autora, muitas transformações começaram a acontecer através das conquistas femininas (ou feministas) que foram possíveis por meio do empoderamento, tomando como referência não somente a força do movimento, mas as conjunturas históricas específicas.

Desse tempo em diante houveram avanços pertinentes e significativos na luta da mulher por seus direitos e modificações relacionadas ao seu papel na sociedade:

Por conta de lutas e de reivindicações de igualdade de direitos com relação

ao gênero masculino - por exemplo, com o movimento feminista - a mulher conquistou seu espaço na sociedade, obtendo o direito de votar e de trabalhar fora do lar (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 453).

Essas transformações foram de grande importância, pois, com as conquistas, o cenário patriarcal começou a perder sua legitimidade, abrindo espaço para que as mulheres - que antes eram vistas como submissas ao poder masculino - pudessem ser vistas como mulheres fortes, que assumiram tarefas produtoras de força de trabalho, tal mudança se tornou possível devido ao engajamento das mulheres em busca desse longo percurso de empoderamento (BORIS; CESÍDIO, 2007).

O cenário contemporâneo ocupado pela mulher é marcado por conquistas expressivas como foi anteriormente discutido, mas ainda é composto por incessantes lutas pela equidade de direitos e emancipação, como afirmam Boris e Cesídio (2007), embora as mulheres tenham atualmente uma maior conscientização com relação a sua independência, no período de vigência o sistema ainda é patriarcal, pertinente a uma cultura conservadora, no qual o homem é quem ocupa o espaço de figura central na família.

Nesse sentido, nos dias atuais, o enfrentamento feminino não está direcionado somente a igualdade de gênero e direitos, mas, também para a libertação de um sofrimento psíquico ocasionado por anos de exclusão do papel da mulher que foi relegado pela sociedade e a submissão da mulher perante ao homem.

3.2 GESTALT-TERAPIA, AUTO-REGULAÇÃO E AJUSTAMENTO CRIATIVO

No âmbito da psicologia podemos encontrar várias categorias de tratamentos e diferentes concepções de como enxergar e compreender o ser humano. Entre as inúmeras abordagens utilizadas, teremos como base a Gestalt-terapia, como referencial para compreensão e construção dos conceitos da auto-regulação na vida da mulher e qual a sua importância no aspecto biopsicossocial.

A abordagem tem como base filosófica o existencialismo, Yontef (1998) afirma que a visão existencial compreende que as pessoas estão infinitamente refazendo-se ou descobrindo a si mesma. Podendo agir de forma consciente, sendo capaz de resolver e organizar a própria existência de maneira significativa, tornando-

se autenticamente responsável por si mesmas.

A Gestalt-terapia tem como principal fundador Friederich Salomon Perls, que na década de 1950, propôs uma terapia centrada no aqui agora, sendo essa uma teoria integrativa, pois reconhece tanto a atividade conceitual, quanto a formação biológica, compreendendo o ser como um todo. É, portanto autossustentada e realmente experiencial (PERLS, 1996, p.19).

A Gestalt-terapia utiliza um relacionamento de aceitação e trabalha a busca de compreensão pela presença ativa e curativa do terapeuta e paciente através de um relacionamento de contato (YONTEF, 1998). Destaca-se ainda a ênfase na vivência, ou seja, no momento presente, para que seja possível a facilitação da tomada de consciência e a amplitude do potencial do indivíduo. A Gestalt-terapia é expressa no presente e valoriza a subjetividade do sujeito, evidenciando o fato da experiência como instrumento de conhecimento, dessa forma promovendo saúde e permitindo o indivíduo trilhar seu próprio caminho, conforme Stevens (1977, p.15):

A filosofia da Gestalt serve como uma orientação de vida, um lembrete de que a consciência é sempre útil, e oferece técnicas e estratégias específicas que podemos usar para caminhar em direção a uma maior tomada de consciência.

Entre os princípios da Gestalt terapia algumas contribuições foram primordiais para a construção e estudo dos fenômenos perceptivos do ser humano. Discutiremos então alguns conceitos que são norteadores para a compreensão da temática abordada, começando pela definição de homeostase trazida por Fritz Perls (1988, p. 20) partindo da premissa que essa é a capacidade adaptativa que o organismo possui de se manter em equilíbrio, sendo um processo no qual o corpo satisfaz as suas necessidades, sendo caracterizado como um estado contínuo entre o equilíbrio e desequilíbrio. Esse processo foi revisado e denominado por Perls como auto regulação, sendo entendido como uma forma encontrada pelo organismo de interação com o meio.

Um ponto importante defendido por Perls (1988, p. 22) é quando ele afirma: “No entanto, quero tornar bem claro que este processo psíquico não pode ser divorciado do fisiológico; que cada um possui elementos do outro”, deixando evidente a ideia de que corpo e mente não podem ser indissociáveis nesse percurso de equilibração e desequilibração, e o quanto é importante que haja essa interação

para que assim possa se conduzir com destino a satisfação das necessidades pertinentes. Como alega:

Os seres humanos têm milhares de tais necessidades no nível puramente fisiológico. E, de acordo com os níveis sociais, há outros milhares de necessidades. Quanto mais intensamente as sentimos como essenciais para o prosseguimento da vida, mais de perto nos identificamos, com elas e mais intensamente dirigimos nossas atividades para satisfazê-las (PERLS 1988, p. 22).

Entre alguns autores Kurt Goldstein trouxe para a abordagem gestáltica a explanação do conceito de auto regulação dos indivíduos. Goldstein descrevia auto regulação como uma das formas de interagir com o mundo, relatando ser uma maneira do organismo poder se atualizar, respeitando a sua característica de melhor modo possível (RIBEIRO, 2006).

Segundo Ribeiro (2006) nenhum ser humano se regula sozinho ou a partir de si mesmo, e por mais que o termo seja nomeado auto regulação, todos os seres se regulam no mundo e através dele, pois até mesmo quando não se tem nada, recebemos o ar que respiramos de fora.

Assim, pode se afirmar que auto regular-se diante da concepção de Ribeiro (2006, p. 56) está intrinsicamente ligado ao fato de respeitar a totalidade do sujeito trazida pela Gestalt que considera o ser de forma holística, ou seja, como um todo, significando dessa forma olhar para si mesmo e comportar-se como um todo organizado e eficiente, ouvindo as necessidades que pedem por atenção, amar o corpo que se possui, alimentar o corpo atentando de forma respeitosa para que ele pede e necessita sem perder a relação com o mundo. Como afirma Ribeiro (2006, p. 57):

Somos biopsicossociosespirituais e auto regular-se é não perder a dimensão dessa quadrupla dimensão humana. Cada uma dessas dimensões tem necessidades próprias, que embora juntas, formam um sistema auto regulador que distribui os diversos apelos ou necessidades orgânicas, de tal modo que, num comportamento vicário, organicamente inteligente, o sistema mais saudável tenta satisfazer um menos saudável, para que um organismo como um todo, possa funcionar a contento.

Um dos recursos fundamentais que complementam a auto regulação a partir dos conceitos da Gestalt-terapia, é a criatividade. Para que a auto regulação ocorra é essencial que o organismo possa ter respostas novas diante das situações pelas

quais ele passa na sua frequente influência mútua com o meio ambiente (LIMA 2009). Dessa forma, a criatividade, é um processo que o indivíduo emprega diariamente para sua auto regulação de uma maneira saudável, ou seja, a capacidade criativa é um processo natural, que atua no equilíbrio e desenvolvimento do ser humano. Josefh Zinguer (2007, p. 16) descreve a criatividade como “a possibilidade de fazer qualquer coisa. Ela representa a ruptura dos limites, sendo assim um ato de coragem”.

O conceito ajustamento criativo foi usado por Frederick Perls para descrever a natureza do contato que o sujeito mantém na fronteira do campo organismo/ambiente, visando à auto regulação sob condições diversas. D’Acri, Lima e Orgler (2012, p. 20). De acordo com os autores em um ajustamento saudável a criatividade pode ser compreendida como a conquista pelo indivíduo da capacidade de se orientar pelas as novas condições das circunstâncias. Ao longo da vida o ser humano passa por situações na vida as quais ocorre a necessidade de utilizar o ajustamento criativo para assim criar estruturas adaptativas que possam manter o ser em equilíbrio, como afirma D’Acri, Lima e Orgler (2012, p. 21):

Em síntese pode-se descrever o ajustamento criativo como o processo pelo qual a pessoa mantém sua sobrevivência e seu crescimento operando seu meio sem cessar ativa e responsavelmente, provendo seu próprio desenvolvimento e suas necessidades físicas e psicossociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 EMPODERAMENTO EMANCIPATÓRIO DA MULHER E O PROCESSO DE AUTO- REGULAÇÃO

Como já apresentado, nos dias atuais, em tese, a mulher vem ocupando maior espaço de igualdade em relação aos homens. Isso vem sendo expresso pelas lutas e movimentos feministas que trazem consigo resultados de uma emancipação, ainda não plena, conquistada com muita dor e sofrimento. Nas esferas públicas, privadas, individuais e coletivas, como por exemplo, na cidadania, educação, mercado de trabalho, família, entre outras áreas nas quais historicamente a mulher foi renegada, vemos hoje sua participação nitidamente mais efetiva com direitos antes nunca imaginados. Segundo Alves (2016, p.630):

No mundo, nas últimas décadas, houve avanço na educação, com o aumento do número de meninas escolarizadas, elevação do número de mulheres no mercado de trabalho e maior presença nos espaços de poder e nas funções de liderança nas esferas pública e privada. As mulheres conseguiram maior acesso à propriedade e à herança de bens ao casar e ao divorciar-se etc.

O Encarte Brasil baseado no relatório “O Progresso das Mulheres no mundo 2015-2016” (Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social) disponibilizado pela Organização das Nações Unidas - entidade criada para igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres-, também conhecida como ONU mulheres, mostra que no Brasil, desde a última década, as transformações e inclusões vêm nos tornando um país com maior igualdade e mais direitos. A criação das políticas sociais e afirmativas, segundo o relatório, de combate a desigualdade de gênero e raça marcam as principais mudanças de rumo. Tais políticas podem ser vistas em diversas áreas com expressões também nas zonas rurais através de maior envolvimento das mulheres na comercialização, emprego com registro e acesso das mulheres à terra, indicador da histórica disparidade que também está sendo vencida: de 2003 a 2013 o número de mulheres donas de terras saltou de 24% para 72% (BUTTO; HORA, 2014).

O mercado de trabalho é uma das marcas mais intensas de percebermos o empoderamento das mulheres relacionado aos seus direitos sociais. Entre 2003 e 2014 mais de 9 milhões de mulheres ingressaram em ocupações com registro, ou seja, com maior acesso ao sistema de seguridade social (RAIS/MTE). Efeitos positivos para as mulheres também quanto a política de valorização do salário mínimo. Aquelas que recebiam até 1 salário mínimo viram seus rendimentos subirem em 76,5% de 2002 até os dias atuais (ONU..., 2016).

Embora esses dados demonstrem certo progresso, temos lacunas que ainda não foram preenchidas e que são perpassadas por outros determinantes sociais como racismo e preconceito. Tais avanços ainda não são suficientes para dar equidade entre homens e mulheres, pois ao comparar dados entre ambos os sexos vemos a disparidade que ainda ocorre. A 61ª sessão da comissão da ONU sobre a situação das mulheres (CSW61, na sigla em inglês), ocorrida em fevereiro de 2017, que deliberou sobre “O empoderamento econômico das mulheres no mundo de trabalho em mudança” revela que a taxa de participação das mulheres no mercado

de trabalho segue 26% inferior a masculina, e o desemprego entre as mulheres é 50% maior do que entre os homens. A CSW61 ainda mostra que apenas 50% das mulheres em idade de trabalhar estão representadas na população economicamente ativa do mundo. Os homens representam 76% dessa força de trabalho.

Mas um fato a ser considerado é que as conquistas femininas implicaram em muitas mudanças importantes ao longo da história, os avanços pertinentes e favoráveis às condições de emancipação da mulher foram sendo alcançados de modo gradativo e alguns deles se concretizaram em forma de leis, segundo Pinto e Santos (2015) a aprovação da Lei nº 6.515 de 1977 (Lei do Divórcio) foi um passo relevante no progresso da mulher em uma posição de maior dignidade no seio da sociedade, assim como a Constituição Federal de 1988, na qual se proclamou a igualdade de direitos entre homem e mulher, apesar dessa afirmativa não se concretizar de fato na realidade brasileira atual.

Outra recente e fundamental Lei nº 11.340/2006, e tão discutida, é a lei Maria da Penha, conforme declaram Pinto e Santos (2015) pode-se afirmar que o caminho até a promulgação dessa lei foi árduo, sendo necessárias várias manifestações feministas para que a mulher pudesse compartilhar dos mesmos direitos concedidos ao gênero masculino, e dessa forma também passar a ter uma proteção especial do Estado nos casos de violência doméstica, praticada na relação entre homem e mulher. De acordo com Pedro e Guedes (2010, p. 8) a criação da Lei possibilitou o esclarecimento perante a definição do que seria violência. Anteriormente a norma entendia por violência apenas agressões que deixasse marcas visíveis como hematomas ou feridas. Nesta Lei abrange-se o conceito para as diversas formas da violência: caráter físico, psicológico, sexual, moral ou patrimonial. É, portanto, uma compreensão da violência referente a tudo que fere a integridade da pessoa. O Mapa da Violência de 2015 declara que o Brasil apresenta uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres, sendo a quinta maior do mundo, conforme dados da OMS que avaliaram um grupo de 83 países. De acordo com o mapa, o problema da violência contra a mulher não é um fato novo, pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção da humanidade, considerando como mais novo ainda a judicialização desse problema, resultado de anos de batalha e sofrimento feminino.

A importância de se realizar essa retomada histórica marcada por anos de

exclusão, renúncias, luta e conquistas de direitos e leis necessárias, se faz imprescindível para nos fazer enxergar o processo gradual de adaptação e modificações que fizeram parte da trajetória feminina até os dias atuais, no sentido de compreendermos a realidade e o espaço ocupado pela mulher contemporânea e quais as formas ela tem utilizado em buscar por sua auto-regulação.

A mulher precisou estar o tempo inteiro se reinventando de forma relacional e contextual, desenvolvendo a sua auto-regulação, através do seu organismo com o meio para atender as demandas exigidas pela sociedade ao longo desses anos de transformação, como contribui Fritz Perls (1977, p. 51) “Nós nos ajustamos, e na maioria dos tipos de terapia você descobre que o ajustamento à sociedade é o objetivo principal”. Ao mesmo tempo que Perls traz essa afirmativa, faz também uma crítica a essa forma de pensar, pois com as mudanças que ocorrem tão rapidamente nos dias de hoje, e muitas vezes apresentando um contexto adoecedor ao indivíduo, torna-se cada vez mais difícil alcançar esse ajustamento social, e mais desejável que ao invés disto se busque por ajustamentos criativos que proporcionem uma melhor autorregulação ao indivíduo.

O processo da auto-regulação organísmica feminina, ocorre a partir de adaptações diárias, pois se antes seu estereótipo era de submissa a figura masculina, hoje ela é vista como uma mulher múltipla, que trabalha fora de casa, cuida de seu lar, filhos, marido e em meio a tantas atividades, ainda deve encontrar tempo para cuidar de si mesma, pode-se até dizer que o grau de exigência em relação à mulher tornou-se maior no conjunto de discursos dominantes de nossa sociedade (MORAES, E., 2012), o que pode influenciar e interferir diretamente no desenvolvimento e equilíbrio dessas mulheres, por isso, em um contexto repleto de atribuições há uma necessidade de ajustamentos criativos, que funcionam como uma forma de resposta encontrada pelo organismo para solucionar determinadas situações vivenciadas.

Dessa forma, podemos dizer que a auto regulação atua na relação entre corpo e mente, sem perder seu aspecto relacional com o mundo, assim a mulher constantemente passa por adaptações e reestruturações sempre que se encontra submetida a condições e habilidades pela qual não está preparada, onde a mesma encontra-se em um contexto que exige a necessidade de executar multitarefas como relata Moraes, E. (2012, p.261):

Pode-se mesmo dizer que o grau de exigência em relação a mulher tornou-se maior no conjunto de discurso dominantes de nossa sociedade: se antes a “mulher perfeita” era a que cuidava bem do lar e da família, hoje ela precisa se destacar profissionalmente, sem descuidar das questões anteriores [...].

Tal processo é realizado de forma a considerar aspectos sociais vigentes, ou seja, a dialética mulher-sociedade. Assim, no corpo social contemporâneo, é necessário compreender que se ajustar criativamente é uma funcionalidade complexa de ser desenvolvida, pois será preciso desenvolver a capacidade de administrar questões psicossociais como o machismo e racismo. No Brasil, um claro exemplo disso, são alguns determinantes sociais que ainda se manifestam de forma intensa. Uma pesquisa Ibope realizada com duas mil pessoas, retrata que os brasileiros não se consideram preconceituosos, mas cometem a prática a todo momento. A tabela abaixo revela alguns dados que refletem uma realidade de discriminação:

Tabela 1 - Pessoas que praticaram ou viram alguma ação discriminatória

PESSOAS QUE PRATICARAM OU VIRAM ALGUMA AÇÃO DISCRIMINATÓRIA	
Ação machista	99%
Ação de intolerância racial	97%
Manifestações contra gays, lésbicas, bissexuais e transexuais.	97%

Fonte: Casos... (2017).

Ainda sobre a mesma pesquisa foi analisado quais as frases preconceituosas que são mais ouvidas pelos brasileiros:

Tabela 2 – Frases discriminatórias mais ouvidas pelos brasileiros

FRASES DISCRIMINATÓRIAS MAIS OUVIDAS PELOS BRASILEIROS	
Ela tem o cabelo ruim	70%
Ela está vestida igual a uma vadia	68%
Pode ser gay, mas não precisa beijar em público.	58%

Fonte: Casos... (2017).

Esses dados mostram que as mulheres não lutam apenas por questões

sociais relacionadas a gênero, mas também estão em busca por mais tolerância e respeito. Nesse aspecto, não somente as mulheres, mas toda a sociedade que é afetada por tal perspectiva.

No campo da sexualidade, as mulheres apresentam atualmente uma maior autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, mesmo que ainda não seja uma autonomia total resultado de uma pressão social expressa através do discurso ideológico do patriarcalismo; elas estão criando uma maior conscientização de escolha sobre decidir quando ter ou não filhos, como resultado de uma conquista de novos direitos para toda a humanidade (CARNEIRO, 2003), deixando, ainda que em um processo lento e sacrificado, para trás o velho estigma de que sua função era somente a reprodutora, embora ainda exista uma pressão social nesse sentido, conforme afirma Moraes, L. (2010, p. 7):

Atualmente, alcançar a realização de ser mãe é uma questão muito discutida entre as mulheres, além de ser expressamente controlada pela sociedade. Pois, na complexa condição de vida que a modernidade nos oferece, ter um filho não significa uma tarefa das mais fáceis.

Essa afirmativa está intrinsecamente ligada às formas auto reguladoras da mulher, pois dessa maneira ela vem se tornando consciente de sua liberdade, respeitando sua totalidade e privilegiando suas necessidades emergentes. A não realização dessa satisfação pode resultar em uma desregulação do organismo, exigindo dele força e habilidades para o qual ele não está preparado (RIBEIRO, 2006).

Como afirma Ribeiro (1994, p.18) quanto à auto-regulação, é um processo ligado à experiência e sensações imediatas. Para crescerem e desenvolverem as pessoas lutam por manter o equilíbrio entre a necessidade de gratificação e a eliminação da tensão, nesse sentido ela vem como forma de reequilibração do ser social e psíquico, fruto de sua relação com o meio.

Nesse longo percurso, outro aspecto relevante que caracteriza a auto-regulação feminina está relacionado aos movimentos a favor das mulheres e a dedicação em conquistarem seu espaço na sociedade, exercendo um papel fundamental, consolidando uma maior participação social feminina e permitindo a possibilidade de sua inserção em vários aspectos sociais, proporcionando a mulher a atuar como protagonista de sua própria vida, como afirma Ribeiro (2006, p. 56), o

instrumento de manutenção da vida é a auto regulação do organismo no mundo e a partir dele. Essa constante interação permite que a mulher possa se reinventar, construindo e sendo construída, desempenhando assim espaço para delinear as características de sua subjetividade, e na constituição de sua identidade.

A luta feminista é um dos movimentos sociais mais vistos no cenário mundial atual, trazendo contribuições na construção de uma sociedade mais igualitária, como afirma Dias (2016). O movimento feminista, apesar de inserir-se no âmbito mais amplo das mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero da mulher, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero atribuído historicamente às mulheres, pela definição de sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas. Alvarez (1990, p.23 apud COSTA, 2005, p.2). Esses movimentos, foram incentivadores para proporcionar a mulher o desenvolvimento da sua auto-regulação e desenvolvimento de sua autonomia sobre si, sobre seu corpo, fortalecendo a conquista da emancipação e permitindo assim a possibilidade de se reinventar, superando preconceitos e se tornando mais forte e independente a cada momento, para poder reivindicar por seus direitos e ganhar espaço e visibilidade na sociedade.

De acordo com tudo que explanamos anteriormente é fato que muitas conquistas já foram alcançadas no percurso enfrentado pelas mulheres, fazendo com que essa manifestação siga ganhando mais adeptos, a cada momento que as mulheres conseguem superar novos desafios de maneira responsável e ajustando-se às dificuldades de forma criativa, fazendo a prática de maneira eficaz do ajustamento criativo que Yontef (1998, p. 227) define como um relacionamento entre a pessoa e o meio no qual a pessoa responsável contata, reconhece e lida com seu espaço de vida e assume responsabilidade pela criação das condições que conduzirão ao seu próprio bem estar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo foram explanadas questões pertinentes a trajetória da mulher, que historicamente foi vista como inferior ao homem, resultado de uma cultura patriarcal, em que o homem ocupa o papel central na família e sociedade. Durante muitos anos as mulheres tiveram que enfrentar uma batalha árdua, pois

esse percurso foi perpassado por anos de sofrimento, repressão e subordinação a figura masculina, como também de lutas em prol de um espaço e equidade social.

Os movimentos feministas liderados por mulheres ao longo dos anos atuaram no sentido de seu crescimento, caminhando rumo ao empoderamento e libertação feminina, o que tornou possível a tomada de consciência da autonomia sobre si e seus potenciais, o que foi fundamental para a modificação da condição da mulher na sociedade, pois a partir de então, iniciaram-se os avanços significativos na luta da mulher por seus direitos, fazendo com que o cenário patriarcal começasse ter enfraquecida sua legitimidade, para que então pudessem ser vistas como em uma posição mais próxima da igualdade diante do masculino.

Com base nessas informações foi buscado compreender como a mulher contemporânea tem procurado manter-se em equilíbrio e se ajustar em meio a tantas mudanças ao longo do tempo. Foi adotada como teoria norteadora nesse estudo a abordagem da Gestalt-terapia criada por Fritz Perls, que possui como base filosófica o existencialismo, e é centrada no aqui agora, sendo essa uma teoria integrativa, pois reconhece tanto a atividade conceitual, quanto a formação biológica, compreendendo o ser de forma holística, ou seja, como um todo. Alguns conceitos dessa abordagem foram fundamentais na procura por essa compreensão, como o de auto-regulação e ajustamento criativo.

Dessa forma, pode-se perceber que os desafios enfrentados pela mulher resultaram em ganhos significativos, como maior participação efetiva nas esferas públicas e privadas, conquista de direitos, leis e reconhecimento social, mas ainda existem muitas falhas a serem corrigidas e repensadas, pois embora existam avanços pertinentes, ainda não são suficientes para que exista de fato a tão almejada equidade entre homens e mulheres e extinção do sistema patriarcal. Portanto, nesse sentido ainda há muito o que se conquistar, uma prova disso é o índice elevado de feminicídio (homicídios contra mulheres) registrado atualmente, mostrando a batalha enfrentada pela mulher todos os dias por sua sobrevivência.

Quanto a mulher contemporânea, pode-se afirmar que com o passar dos anos e mudanças histórico-culturais, ela precisa estar em um constante processo de adaptação, se reinventando de forma relacional e contextual, e dessa forma desenvolver a sua auto-regulação, através do seu organismo com o meio para atender as demandas exigidas pela sociedade ao longo desses anos de transformações, uma vez que a mulher é vista atualmente como uma mulher

múltipla, ou uma “super mulher”, que precisa estar o tempo inteiro se ajustando criativamente na relação com o meio com o intuito de atender as suas próprias necessidades, o que em um contexto que ainda é opressor dificulta a prática de auto-regulação, pois dada opressão se torna um obstáculo, ao ponto que seja necessário esses ajustamentos criativos por parte das mulheres.

Um fato evidente é que o gênero feminino se tornou mais consciente de sua liberdade, respeitando sua totalidade e privilegiando suas necessidades emergentes, pois se antes a mulher tinha suas vontades submissas ao homem, hoje vemos a possibilidade das mulheres estarem mais cientes de sua liberdade de escolha, que trabalham fora, estudam, são financeiramente independentes, escolhem o momento em que desejam ser mães, ou se simplesmente não desejam. É visto então, um resgate à subjetividade, a autenticidade de ser, que ultrapassa as imposições sociais. É no “aqui e agora” e na relação com o mundo que a mulher está descobrindo quem é e onde quer chegar.

A partir dos dados e análises realizadas no presente artigo entende-se que, embora existam importantes avanços, não significa dizer que a auto-regulação da mulher nos tempos modernos seja uma tarefa fácil, muito pelo contrário, se ajustar criativamente é uma tarefa complexa de ser desenvolvida, pois é preciso potencializar a capacidade de administrar questões psicossociais como o machismo e racismo, que infelizmente ainda estão enraizadas em nossa sociedade. O caminho percorrido até a emancipação plena da mulher ainda ocorre em passos lentos, mas acredita-se que se a mulher conseguir entender cada vez mais seu papel, e conscientizar-se organicamente em seu meio e menos alienada ela estiver, mais fluido será o seu processo de auto-regulação, dessa forma é necessário que as mulheres sigam atuando socialmente, transformando-se e se impondo frente às questões vigentes, podemos alcançar níveis cada vez menores de desigualdades de gêneros, que respeite os direitos da mulher, a sua totalidade e liberdade de escolher ser o que quiser, em busca por sentido e realização.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 out. 2017.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200629&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, v. 1, p. 64-73, dez. 2004.

BICEGLIA, Tania Regina. **A mulher e a evolução histórica de suas conquistas na legislação civil e constitucional brasileira**. 2002. 95 f. Monografia (Especialização) – Curso de Direito, Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2002.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília: MTE, 2013.

BUTTO, A.; HORA, K. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, A. et al. (Orgs.). **Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: MDA, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2017.

CASOS recentes de ódio e intolerância têm se espalhado pelo Brasil. Produção de Ana Pessoa; Maria Scodeler. **Empresas Globo**, 2017. (11 min.), P&B. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/10/casos-recentes-de-odio-e-intolerancia-tem-se-espalhado-pelo-brasil.html>>. Acesso em: 29 out. 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma**

intervenção política. Petrópolis: Revista Gênero, 2005.

COSTA, Naiara Lauriene Souza; RIBEIRO, Gilman Horta; BRASIL, Deilton Ribeiro. Código de Manu: principais aspectos. **Athenas**, Conselheiro Lafaiete, v. 2, n. 3, p.88-94, 2014.

COULANGES, Numa Denis Fustel de. **A cidade Antiga**. 2006. ed. São Paulo: Das Américas,, 2006. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cidadeantiga.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.

D'ACRI, Gladys; LIMA, Patricia; ORGLER, Sheila. **Dicionário de Gestalt terapia: "gestaltês"**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

DIAS, Edicarlos da Silva. **O movimento feminista e suas conquistas**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.56132>>. Acesso em: 29 out. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 out. 2017.

HEFFEL, Carla Kristiane Michel; SILVA, Vinicius da. A construção da autonomia feminina: O empoderamento pelo capital social. **Realize**, Campina Grande, p.1-10, ago. 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID1895_11052016133624.pdf>. Acesso em: 8 out. 2017.

LIMA, Patricia Albuquerque. Criatividade na Gestalt Terapia. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 85-95, 2009.

MATOS, Vera Lúcia Dantas. **A mulher na pós-modernidade**: uma breve reflexão sobre identidade, papéis sociais e emoções. 2005. 55 f. Monografia (Especialização) – Curso de Psicologia, Uniceub – Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3057/2/20060072.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MORAES, E. Ser mulher na atualidade: a representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de maitena. In: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. p. 259-285.

MORAES, L. L. Maternidade: o sonho de toda mulher?. VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, **Anais...** Curitiba, 2010. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8_Maternidade.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2017.

ONU MULHERES. **02.02.2017 - América Latina e Caribe articulam posição comum para o empoderamento econômico das mulheres no mundo do trabalho para a CSW61**. 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/america-latina-e-caribe-articulam-posicao-comum-para-o-empoderamento-economico-das-mulheres-no-mundo-do-trabalho-para-a-csw61/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

ONU MULHERES. **Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres**. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/csw/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PERLS, Frederick S. **Gestalt-terapia explicada** 10. ed. São Paulo: Summus, 1977.

PERLS, Fritz. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1988.

PINTO, Thayanne Clélia Nogueira; SANTOS, Ronaldo Alencar dos. Conflitos normativos na aplicabilidade da Lei Maria da Penha e do estatuto da criança e do adolescente nos casos de violência doméstica. **Revista de Estudos Jurídicos do UNI-RN**, Natal, p.171-194, 2015.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt-Terapia: o processo grupal**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Vade mecum de gestalt-terapia: conceitos basicos.** São Paulo: Summus, 2006.

STEVENS, John O. **Isto é gestalt.** 6. ed. São Paulo: Summus, 1977.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **Delta**, Brasília, n. 21, p. 207-238, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

YONTEF, Gary M. **Processo, diálogo e awareness: Ensaio em Gestalt-terapia.** 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.

ZINKER, J. **O processo criativo em Gestalt-terapia.** São Paulo: Summus, 2007.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, e por ter nos concebido saúde, força e discernimento ao longo de toda nossa trajetória.

A nossa querida orientadora Mariana Cela e co-orientadora Rocelly, as quais dedicaram sua atenção, realizando correções e nos incentivando, e por todo o saber compartilhado conosco durante essa jornada.

A todos os professores que nos acompanharam durante a graduação e despertaram nosso desejo pelo saber e a paixão pela psicologia.

As nossas famílias que serviram como base e não mediram esforços para que chegássemos a essa etapa de nossas vidas, por todos os ensinamentos, apoio, incentivo e amor.

Aos nossos companheiros, pessoas que amamos compartilhar nossas vidas, agradecemos por todo o carinho, paciência e atenção, por todo encorajamento e apoio nos momentos de dificuldade.

Aos amigos conquistados na graduação, nosso muito obrigada por compartilharem conosco momentos de alegria, tristeza, angústias e conquistas, tornando nossos dias mais leves e felizes.

Aos amigos que fizemos durante a vida, aos que contribuíram de alguma forma, emprestando seu tempo, carinho e por estarem ao nosso lado em todos os momentos da vida.

Agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização de mais uma etapa fundamental em nossas vidas.

Natal/RN, artigo científico depositado em 01 de novembro de 2017.